

# Mercadante suspeita de vazamento antes da desvalorização

Deputado denuncia ganho de nove bancos

Christiane Samarco \*

de Brasília

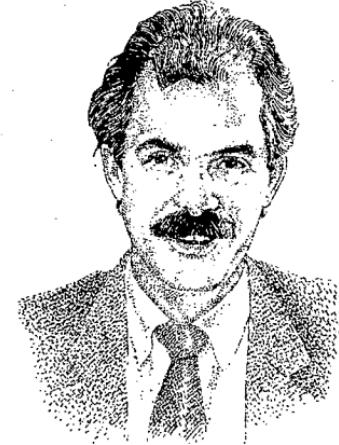
O deputado Aloísio Mercadante (PT-SP) quer que a Câmara convoque o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e convide os ex-presidentes do Banco Central (Gustavo Franco e Francisco Lopes) e seu virtual sucessor, Armínio Fraga, para explicar os bastidores da decisão de mudar a política cambial e promover uma desvalorização do real. O petista subiu à tribuna da Câmara ontem para levantar a suspeita de que houve vazamento de informações sobre a desvalorização da moeda, o que, segundo ele, pode ter favorecido nove instituições financeiras.

"Eu tenho hoje uma grave suspeição de fraude e vazamento de informações porque alguns ganharam muito dinheiro comprando dólar às vésperas da desvalorização do real", disse Mercadante. Ele referia-se ao dia anterior ao do alargamento da banda cambial, que provocou a primeira desvalorização mais significativa do real frente ao dólar, antes da livre flutuação iniciada dia 15. O deputado baseia suas suspeitas na repentina mudança de comportamento de alguns bancos estrangeiros em relação às operações de compra e venda de dólar.

Mercadante usou números oficiais para mostrar que, nas 24 horas que antecederam a mudança da banda, o mercado passou de vendido a comprado na sua posição de câmbio. No dia 11 de janeiro, a posição vendida (de dólares a entregar) somava US\$ 821 milhões e, no dia seguinte, os bancos não só zeraram esse saldo negativo como atingiram uma posição comprada de US\$ 206 milhões. "Só aí é US\$ 1 bilhão, e não há fato econômico que possa explicar essa inversão", afirmou o parlamentar, ao lembrar o 13 de janeiro como "o dia da desvalorização do real".

O petista quer que o Departamento de Fiscalização do Banco Central investigue seis bancos que compraram grandes quantias de dólar na véspera da mudança cambial e outras três instituições financeiras que já vinham mantendo posição comprada de câmbio, mas impressionaram pelo volume das operações. Segundo o parlamentar, compraram dólar na véspera do alargamento da banda o BBM, o ING, o Morgan, o BankBoston, o Garantia e o Pactual. A lista dos três restantes inclui o Citibank, o Matrix e o Beal.

Ele diz que tem os números oficiais dessas operações feitas por cada banco, mas recusa-se a fornecê-las por considerar que o sigilo bancário é importante na economia e deve ser preservado. Para não quebrar o sigilo, ele dispõe-se a analisar



Aloísio Mercadante

os números com banqueiros em sessão secreta que pode ser convocada pela Câmara, até mesmo num plenário mais restrito da comissão técnica de Economia e Finanças.

"Solicitamos à Mesa Diretora da Câmara que assuma sua responsabilidade na crise porque o Brasil perdeu muito e não pode ficar refém da especulação", disse o deputado. Ele destacou que poderia sugerir logo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar suas suspeitas, mas que preferiu contar com a colaboração do Banco Central e das autoridades econômicas do governo, a quem enviou pedidos de informação com uma dezena de perguntas que espera ver respondidas.

E isso não é tudo. Mercadante também quer que o governo esclareça por que, em plena crise cambial, o Banco do Brasil vendeu 110 mil contratos no mercado futuro de câmbio, num volume superior a US\$ 11 bilhões. Ele quer saber, ainda, o motivo que levou o Banco do Brasil a vender dólares a uma taxa inferior à de mercado aos bancos Marka e FonteCidam, o que, segundo disse, produziu um prejuízo de R\$ 8 bilhões.

O presidente do BB, Andrea Calabi, disse que a instituição "não perdeu um centavo no mercado futuro de câmbio", quando houve a desvalorização do real. Através de sua assessoria, Calabi procurou desmentir acusação de Mercadante. Calabi repetiu o que disse há uma semana, ao divulgar o balanço do banco no ano passado: que o BB não opera no mercado futuro por conta própria. "Eventuais perdas ou ganhos são de clientes e não do Banco do Brasil", alegou. Disse ainda que a instituição só atua no carregamento de posições de clientes e que, pelas regras do mercado, as instituições não sabem quem está na ponta. "Falar em condições suspeitas ou favorecimentos a A ou B é improcedente", afirmou. ■

(\* Colaborou Mônica Izaguirre)